

Veja

21/7/1976

O TREINO QUE VEM DE LONGE

De certa forma, o setor do açúcar e do álcool vem se preparando longamente para o grande papel que a economia brasileira lhe atribui nos dias atuais. Até a década de 20, o setor vivia atormentado por problemas cíclicos de superprodução. Em 1933, contudo, enquanto se assimilavam os devastadores efeitos da crise de 1929, as autoridades resolveram exercer uma tutela mais efetiva com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). O IAA passou a formar estoques reguladores e, antes de cada safra, a estimar o consumo e a parte da produção de cada usineiro ou fornecedor, através de um sistema de cotas, sem falar no controle de todas as etapas posteriores de produção.

No início da década de 40, por causa disso, após um ferrenho debate, inclusive pela imprensa, o então presidente da autarquia, Barbosa Lima Sobrinho, conseguiu a aprovação do Estatuto da Lavoura Canavieira. Seu principal item obrigava as usinas a consumirem pelo menos 50% de cana de fornecedores autônomos, como meio de eliminar possíveis focos de tensão social, na medida em que fortalecia a pequena e a média propriedade rural. Nesse quadro de relativa segurança, usineiros e plantadores puderam dedicar todos os seus esforços ao aumento da produtividade. Dizia-se mesmo que, na administração financeira, bastava ser iniciado no mais elementar dos segredos: a velha caderneta do deve e haver. Como explica um usineiro, exibindo seu precioso exemplar: "Está vendo esta coluna, a do deve? O segredo está em não deixá-la crescer mais do que esta, a do haver".

Infra-estrutura — Mais que em qualquer outro lugar, a expansão da cultura da cana se processou junto ao maior mercado consumidor de açúcar, o sudeste. Mais especificamente, em São Paulo, região de energia elétrica abundante, mão-de-obra qualificada, crédito acessível e, principalmente, uma topografia que permite ampla mecanização da lavoura (em Pernambuco, por exemplo, apenas em 30% da área canavieira se podem usar máquinas). Essa soma de fatores ajudou a formar um parque açucareiro que levou a produção paulista a se igualar, em 1950, à pernambucana e, em 1971, a representar a metade do açúcar produzido no Brasil. E que agora começa a estender seus domínios para o outro Estado. Das 77 filiadas à Cooperativa Central dos Produtores de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo (Copersucar), por exemplo, nove se localizam em outros Estados, duas das quais em Goiás, que nem se limita com São Paulo.

Além do mais, nos últimos tempos, os usineiros paulistas adquiriram a cota de dezesseis usinas mineiras. Um fato que levou a preocupada Assembléia Legislativa de Minas Gerais a criar uma "comissão de inquérito para estudar e equacionar o problema da cana-de-açúcar", já que, para um consumo de 10 milhões de sacas, o Estado produz somente 4,5 milhões. Mas parece ser uma dificuldade momentânea. No próximo ano, o maior projeto de cultivo de cana irrigada, no vale do São Francisco, compreendendo 30 000 hectares, começará a dar seus primeiros frutos — uma produção inicial de 2,6 milhões de sacas. E, até 1989, quando estiver funcionando com capacidade total, poderá atingir a incrível cifra de 9 milhões de sacas. O projeto, contudo, pertence ao grupo Pedro Ometto, paulista. Como é paulista o grupo Atalla, que adquiriu, juntamente com a Usina Central Paraná, a maior do Estado, 3,7 milhões de cafeeiros plantados ao seu redor na região de Porecatu, no Paraná, que pertenceram ao falecido ex-rei do café, Geremia Lunardelli.

Em casa — Antes de começar a se estender por outros Estados, porém, a cana tratou de solidificar seus domínios em São Paulo. A área de café, de 1950 para cá, reduziu-se pela metade enquanto a da cana aumentava em mais de 300%. E a acumulação de terras em torno

das usinas estaria trazendo de volta à agricultura paulista o regime de grandes propriedades. Assim, pelo menos em São Paulo, o Estatuto da Terra não foi capaz de deter nos últimos tempos a expansão das usinas de açúcar. Até 1964, 60% da cana era fornecido por plantadores autônomos. Hoje, eles respondem por apenas 40%. Talvez não haja, entre as usinas em geral, uma intenção deliberada de sufocar o fornecedor. "Se os preços da cana estão baixos, o fornecedor muda para outra cultura", explica João Guilherme, líder do grupo João Ometto. "Mas, para a usina, que tem um enorme capital empatado, não resta outra alternativa senão plantar para garantir sua produção."

Esse desequilíbrio na oferta e na procura da matéria-prima teria se acentuado quase dez anos atrás, quando uma superprodução brasileira topou pela frente com uma ótima safra de beterraba na Europa e a recuperação não prevista dos canaviais cubanos. A crise que se seguiu mostrou aos usineiros a necessidade de se unirem em cooperativas e isso resultou no fortalecimento da Copersucar que, fundada em 1959, até então não conseguira maior representatividade no setor. A mistura do álcool à gasolina, recurso utilizado pela primeira vez em 1931, mais uma vez foi uma das saídas encontradas para a superprodução. E, em torno desse tema, se projeta a figura de Jorge Wolney Atalla, que era na época secretário da entidade. Graças à sua experiência como engenheiro de petróleo — foi assistente técnico da Refinaria Presidente Bernardes, da Petrobrás, de 1951 a 1958 —, Atalla elaborou os trabalhos técnicos que acabaram convencendo o governo, na ocasião, da necessidade de investir mais em mistura carburante. Guindado à posição de presidente da Copersucar, Atalla ampliou sua base política graças a uma série de campanhas bombásticas — contra os ciclismatos, por exemplo —, audaciosos lances empresariais — como a compra da Companhia União de Refinadores —, além de aparelhar a cooperativa com toda uma infra-estrutura de apoio aos cooperados, na qual se incluíam estações experimentais, departamentos de economia. Os resultados desse esforço todo culminariam, na safra passada, quando as usinas cooperadas produziram 56 milhões de sacas de açúcar e 377 milhões de litros de álcool — respectivamente, 91% e 92% de toda a produção paulista.

Diferenças — O bem-sucedido esquema em grande escala deve ter influído na política do IAA. De março de 1973 a março de 1976, foram destinados perto de 4,8 bilhões de cruzeiros para a modernização e absorção pelas usinas maiores das cotas das menores, fixando uma produção mínima ideal para cada usina em 650 000 sacas anuais de açúcar. Acontece que este é mais um fator a acentuar as diferenças entre usineiros e fornecedores.

Um pequeno proprietário que se disponha a mecanizar sua lavoura poderá enfrentar as mesmas agruras que Antônio Zonta, modesto fornecedor de matéria-prima para usinas, em Cordeirópolis, imediações de Piracicaba. Com três dos filhos na lavoura, ele trabalha diariamente das 5 da manhã às 9 da noite, inclusive aos domingos, cultivando 5 000 toneladas de cana. Possui quatro tratores e um caminhão. "O único jeito de sobreviver é mecanizar", garante ele. Contudo, as dívidas têm crescido mais que a produtividade. No ano retrasado, Zonta devia 30 000 cruzeiros ao Banco do Brasil. Uma baixa produção no ano passado impediu o pagamento da dívida, que subiu 60 000 cruzeiros, e este ano deverá chegar a 90 000.

O mesmo desânimo se observa nos bairros de Santana, Santa Olímpia, Glória e Limoeiro, em Piracicaba, núcleos de colonização tirolesa, cuja principal atividade econômica, desde 1932, coma instalação da usina Costa Pinto, tem sido a de fornecer cana. Em Santana, por exemplo, vivem 400 pessoas ocupando 67 residências. Metade das famílias não é mais proprietária de terras. O mesmo ocorre nas outras vilas. "Nenhum jovem quer mais viver da terra", observa Sílvio Stenico, morador de Santa Olímpia.

Batalha — Não são apenas a média e a pequena propriedade canavieira que enfrentam problemas com essa expansão estratégica das usinas. Em Jaú, o café resistiu à crise de 1929

— somente 4 milhões de seus 24 milhões de cafeeiros foram erradicados. Feito do qual os jauenses se ufam tanto que, posteriormente, quando houve o cerco a Estalingrado, na II Guerra Mundial, eles não tiveram inibições em traçar o paralelo: "Em 1929 nós fomos a Estalingrado do café", afirmam. A cana, contudo, foi o seu Waterloo. Cerca de vinte anos atrás, os 24 000 alqueires de Jaú eram divididos entre 850 proprietários com fazendas de no máximo 100 alqueires e muitos sítios de 20 alqueires. Hoje a cana ocupa 70% do município. E, atualmente, ser cafeicultor é pouco mais que um estado de espírito: a maioria se converteu em plantador de cana.

Na região, apenas em São Manuel, o café conseguiu resistir por mais tempo. Isso graças à teimosia de velhos fazendeiros, como João Melão, falecido há alguns anos, para quem "a cana despoeva". As geadas do ano passado, contudo, precipitaram a rendição. Nos últimos meses o maior dos cafezais da área — o da fazenda São José, dos Melão — foi arrendado ao grupo Ometto. E, quando os tratores começaram a avançar sobre os pés de café, muitos cafeicultores se postaram ao longe observando a queda da cidadela. Mesmo assim alguns continuam acalentando distante sonho da volta do café. Como Álvaro Rosolino, que erradicou seus cafezais para plantar eucaliptos, deixando alguns poucos pés como lembrança. Durante a geada todos foram destruídos, com exceção de um bravo e solitário cafeeiro, de quase 2 metros de altura que, apesar de um pouco chamuscado, está dando café o ano inteiro. Desde então, Rosolino vem tentando em vão formar um cafezal resistente a geadas com mudas desse último sobrevivente. "O dia em que eu conseguir", garante ele, "ninguém mais vai segurar o café."

Saídas — Espremida pelas usinas, restam poucas opções à média empresa rural. Fabricar pinga é uma delas. Os investimentos para o seu engenho não são tão altos como para o açúcar, e sempre há a possibilidade de se adquirirem os equipamentos dos outros maiores, que estão se modernizando. Quando as usinas consumaram a conquista de Piracicaba, os muitos "pingueiros" da região se espalharam por todo o Estado em busca de terras mais baratas. Como aconteceu com Pedro Piacentini, que há quinze anos se estabeleceu às margens da via Anhangüeras em 50 alqueires de terra e a uns prudentes 25 quilômetros da usina mais próxima. No ano passado, ele produziu cerca de 500 000 litros envelhecidos três meses em tonéis de jequitibá. Este ano pretende investir 500 000 cruzeiros em uma nova moenda, que deverá dobrar sua produção, e planeja até aceitar fornecedores de cana.

Foi há três anos que os "pingueiros" conseguiram certa tranqüilidade. A Cooperativa dos Produtores de Aguardente, fundada em 1971, montou uma destilaria capaz de transformar aguardente em álcool e assim regular a demanda. "Antes, a cada dois anos vinha uma crise forte", explica Fernandes Reis, presidente da Cooperativa. "Mas com a destilaria nós conseguimos, somente no ano passado, tirar 20 milhões de litros do mercado e garantir o preço." Com o Programa Nacional do Álcool, essa margem de manobras deverá aumentar. Mas isso seria insuficiente para afastar o que representaria o grande risco do programa: transformar o perfil da agricultura paulista numa sucessão de grandes latifúndios. De fato, à medida que ele condicionou o financiamento das usinas autônomas de álcool a uma área mínima de 3 000 hectares de canas não-comprometidas com a fabricação de açúcar, tirou qualquer possibilidade de os fornecedores autônomos participarem de seus benefícios. "Se o Programa continuar montado nessas bases", adverte o usineiro e atual secretário da Educação de São Paulo José Bonifácio Coutinho Nogueira, "vai haver um concentração da propriedade rural que será má para a indústria e péssima para o país. A pequena propriedade canaveira gera um consumidor fixado no campo e de inestimável utilidade para as usinas, pois sem o seu apoio será muito mais difícil se absorverem os efeitos de qualquer futura crise."

(Páginas 72, 73, 74, 75)